

PIEMONTE CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.
(“PIEMONTE CAPITAL”)

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PESSOAIS

agosto/2024

R. Lauro Muller, 116 - sala 4103
Botafogo, Rio de Janeiro RJ
CEP 22290 160 – Brasil

PIEMONTECAPITAL.COM.BR

ÍNDICE

I.	OBJETIVO E APLICABILIDADE	3
II.	REGRAS GERAIS	3
III.	RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES	4
IV.	REGRA GERAL DE NEGOCIAÇÕES	4
4.1.	Negociações Permitidas	5
4.2.	Negociações Vedadas	6
4.3.	Exceções	7
V.	AQUISIÇÃO EM FUNDOS GERIDOS PELA GESTORA	8
VI.	ATUAÇÃO DA GESTORA OU COLABORADORES NA CONTRAPARTE DOS FUNDOS	8
VII.	INVESTIMENTO DE RECURSOS PRÓPRIOS DA GESTORA	9
VIII.	NEGOCIAÇÕES PERMITIDAS MEDIANTE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO E OBRIGAÇÃO DE INFORMAR	9
IX.	AÇÃO CORRETIVA E SANÇÕES POR VIOLAÇÕES À POLÍTICA	10
X.	VIGÊNCIA E ATUALIZAÇÃO	10
ANEXO I	11
ANEXO II	12
ANEXO III	14

I. OBJETIVO E APLICABILIDADE

Esta Política de Investimentos Pessoais (“Política”) da **PIEMONTE CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.** foi elaborada em conformidade com o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM nº 21”), demais orientações da CVM, Código da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) de Ética (“Código ANBIMA de Ética”), no Código ANBIMA de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros (“Código ANBIMA de AGRT”), e tem por objetivo determinar procedimentos e normas para os investimentos pessoais de todos aqueles que possuam cargo, função, posição, relação societária, empregatícia, comercial, profissional, contratual ou de confiança (“Colaboradores”) com a Gestora, bem como de seus familiares diretos (cônjuges, companheiros, filhos, enteados, desde que convivam no mesmo domicílio do Colaborador) e/ou dependentes, qualquer pessoa jurídica na qual os Colaboradores detenham participação societária ou poder de controle (“Pessoas Vinculadas”), os quais para fins desta Política também estarão abarcados pela definição de Colaboradores e deverão ser indicadas por meio da Declaração de Pessoas Vinculadas à Gestora, conforme modelo previsto no **Anexo I** a esta Política.

As instruções aqui expostas devem ser aplicadas em todas as negociações pessoais realizadas pelos Colaboradores nos mercados financeiro e de capitais. É responsabilidade de cada um dos Colaboradores, incluindo qualquer outra pessoa que forneça serviços em nome da empresa e que esteja sujeita à sua supervisão e controle, atuar em todos os momentos de forma coerente com essas instruções e com os valores da Gestora.

O acompanhamento dos procedimentos aqui previstos, bem como a imposição das sanções cabíveis em caso de descumprimento de tais políticas ou procedimentos, será realizado pelo Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP da Gestora, que contará com o auxílio do time de compliance da Gestora, conforme aplicável.

Anualmente, os Colaboradores emitirão Termo de Adesão e Declaração de Investimentos, nos moldes do **Anexo II**, confirmando o cumprimento desta Política.

A Gestora mantém versões atualizadas de suas Políticas no website (www.piemontecapital.com.br).

II. REGRAS GERAIS

Cada Colaborador:

- (i) deverá agir sempre de forma a evitar conflitos de interesses potenciais ou efetivos entre as responsabilidades de seu cargo na Gestora e seus investimentos pessoais;
- (ii) não deverá negociar títulos e valores mobiliários que caracterizem conflitos de interesses, utilização de informações privilegiadas ou que gerem interferência negativa no exercício das atividades profissionais; e
- (iii) não deverá se envolver em “*front running*”, isto é, negociar em nome próprio ou de Pessoas Vinculadas tendo o conhecimento de um relatório de pesquisa iminente ou outras informações, ou anteriormente a um pedido de cliente ou pedido proprietário referente aos mesmos ativos, a fim de não gerar prejuízo ao cliente ou lucrar com negociação pendente.

III. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

A coordenação e o monitoramento das atividades relacionadas a esta Política é uma atribuição da Área de Compliance e Risco, formada pelo Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP e pelos demais Colaboradores que auxiliam nas atividades de compliance da Gestora.

A Área de Compliance e Risco deverá verificar as informações fornecidas pelos Colaboradores sobre seus investimentos e, nos casos em que haja fundada suspeita de conduta em dissonância com o previsto nesta Política, submetê-los à apreciação do Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Qualquer má conduta ou omissão com relação às cláusulas desta Política será considerada como negligência profissional e descumprimento da presente Política, sujeitando o Colaborador envolvido às devidas sanções legais, regulamentares e disciplinares.

IV. REGRA GERAL DE NEGOCIAÇÕES

Como regra geral, a Gestora espera que os Colaboradores dediquem seu horário de trabalho servindo tão somente aos interesses da Gestora, seus clientes e investidores. Na mesma toada, visando evitar quaisquer conflitos de interesses com os investimentos da Gestora, os investimentos pessoais dos Colaboradores e outras operações financeiras pessoais devem seguir a filosofia de investimento de longo prazo, e não de negociação especulativa e de curto prazo (*day trade*).

O Colaborador pode realizar investimentos nos mercados financeiro e de capitais através de instituições locais e internacionais, desde que estas instituições possuam

boa reputação no mercado financeiro ou de capitais em que atuem e que as operações não violem esta Política, o Código de Ética e demais normas aplicáveis à Gestora.

As aplicações e os investimentos realizados em benefício do próprio Colaborador no mercado financeiro não devem interferir negativamente no desempenho das atividades profissionais e devem ser totalmente segregados das operações realizadas em nome da Gestora, de modo a evitarem potenciais conflitos de interesses.

O Colaborador não pode, de qualquer forma, se valer de informações obtidas em decorrência de sua atuação profissional junto à Gestora para obter vantagens econômicas e/ou financeiras com investimento ou desinvestimentos em ativos financeiros.

Nesse sentido, os Colaboradores se obrigam irrevogavelmente a (i) observar os períodos de restrição à negociação estabelecidos pela Área de Compliance e Risco e (ii) desfazer, de acordo com a orientação apresentada pela Área de Compliance e Risco, os efeitos da operação realizada, ainda que com prejuízo, se esta for a determinação da Área de Compliance e Risco, que poderá não divulgar o fundamento de sua decisão.

Adicionalmente, os princípios que regem os investimentos pessoais por Colaboradores são:

- (i)** O dever de sempre colocar os interesses dos clientes, da Gestora bem como a integridade dos mercados, em primeiro lugar;
- (ii)** A necessidade de que todos os negócios pessoais com títulos e valores mobiliários e modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro sejam coerentes com esta Política, de forma a evitar conflitos de interesse; e
- (iii)** Os Colaboradores integrantes da equipe de gestão não poderão tirar vantagens inadequadas da atividade que exercem, zelando sempre pela imagem da Gestora.

4.1. Negociações Permitidas

São permitidas sem a necessidade de obtenção de aprovação pela Área de Compliance e Risco apenas a realização de negociações relativas a:

- (i)** conta poupança;

- (ii) títulos públicos federais¹;
- (iii) títulos de emissão bancária²;
- (iv) investimentos em certificados de depósito bancário (CDB);
- (v) investimentos em fundos de previdência privada, fechada ou aberta;
- (vi) cotas de fundos de investimento, geridos por terceiros, negociadas em bolsa de valores, ressalvadas as proibições expressas no item 4.2 abaixo; e
- (vii) investimentos em cotas de fundos de investimentos com pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio líquido investido em títulos de dívida do governo federal brasileiro ou de qualquer outro país.

Com relação aos demais investimentos, cada Colaborador deve submeter ao Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP os relatórios e formulários para sua análise e aprovação dos investimentos pessoais.

O Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP deverá levar em consideração, para fins do disposto no parágrafo anterior, que quaisquer aplicações realizadas pelos Colaboradores somente poderão ser autorizadas quando não representarem Conflitos de Interesse com as atividades desempenhadas pelos respectivos Colaboradores na Gestora, potencial risco para os veículos sob gestão da Gestora ou seus clientes, ou indício de utilização de informação privilegiada pelos Colaboradores.

4.2. Negociações Vedadas

Os Colaboradores **não** poderão:

- (i) Enquanto estiver de posse de informação não pública relevante que possa influir, de modo ponderável, na decisão dos investidores do mercado, negociar determinado valor mobiliário (“Informações Privilegiadas”) a respeito do emissor de qualquer ativo, comprar, vender ou recomendar a compra ou a venda daquele ativo para sua conta ou de terceiros, mesmo que tal informação não tenha sido obtida em decorrência do exercício de sua função;
- (ii) Negociar com base em qualquer informação confidencial de que tenha conhecimento ou encorajar qualquer pessoa a fazê-lo, não importa de que

¹ Instrumentos financeiros de renda fixa (pré-fixados ou pós-fixados) emitidos pelo Governo Federal para obtenção de recursos junto à sociedade, com o objetivo primordial de financiar suas despesas.

² Certificado de Depósito Agropecuário; Certificado de Depósito Bancário; Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio.

forma a informação foi adquirida, e se se trata de Informação Privilegiada ou não;

- (iii) Comprar ou vender ativos financeiros com base no conhecimento de negociações propostas por investidores ou mesmo pela Gestora ou de relatórios a serem publicados;
- (iv) Realizar operação com títulos ou valores mobiliários de emissão de companhias abertas com as quais a Gestora esteve ou está em negociação e/ou operações com derivativos financeiros; e
- (v) Adquirir cotas de fundos de investimentos em que o Colaborador tenha o poder de influenciar, direta ou indiretamente, na administração ou gestão do fundo investido.

Para efeitos desta Política, “negociar” contempla não apenas operações de compra e venda de ativos, mas também operações que envolvem contratos de empréstimos (aluguel de ações) seja na posição doadora ou tomadora, conforme Ofício Circular CVM/SEP/nº 01/2021.

Ainda, em quaisquer casos o Colaborador também deverá abster-se de investir em qualquer transação: (i) que gere conflito com as atividades do Colaborador ou com obrigações regulatórias ou que conflitem com uma obrigação ou dever a ser observado perante algum cliente da Gestora; e (ii) a respeito da qual o Colaborador saiba que existe uma ordem ainda não executada da Gestora ou de algum cliente da Gestora (*front-running*).

Salvo conforme aprovado previamente pelo Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP, qualquer Colaborador que detenha, na data de sua adesão a esta Política, um investimento que não seja permitido nos termos aqui previstos poderá:

- (i) manter referido investimento (sendo vedada a realização de novos aportes/investimentos no ativo específico); ou
- (ii) alienar ou resgatar tal investimento e entregar, em prazo acordado com a Área de Compliance e Risco, comprovação suficiente de que tal alienação ou resgate foi feito ou solicitado.

O acompanhamento dos itens acima deverá ser feito **anualmente**, através da entrega do relatório do **Anexo I**.

4.3. Exceções

O Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP poderá autorizar, prévia e expressamente,

quaisquer exceções às vedações a investimentos previstas nesta Política, bem como deverá prestar esclarecimentos aos Colaboradores em caso de dúvidas sobre a aplicação de tais vedações.

V. AQUISIÇÃO EM FUNDOS GERIDOS PELA GESTORA

Os Colaboradores podem investir em fundos de investimento geridos pela Gestora (“Fundos”), observadas as seguintes condições:

(i) É vedada a aplicação ou resgate dos Fundos caso o Colaborador esteja em posse de Informação Privilegiada, relativamente ao respectivo Fundo, que possa resultar em alteração significativa do valor das cotas do Fundo (em qualquer direção), tais como situações relativas à precificação e liquidez de ativos, incluindo resgates relevantes que não sejam de conhecimento dos demais Investidores e que possam resultar em um aumento ou diminuição do valor do Fundo e suas respectivas cotas; e/ou

(ii) Quaisquer declarações, verbais ou escritas, fornecidas por Colaboradores a investidores ou prospectos em relação a seus investimentos pessoais nos Fundos devem ser inteiramente verdadeiras e não manipulativas. Tais declarações não devem ser feitas com o intuito de interferir indevidamente na decisão de investimento dos Investidores, em violação às Informações Privilegiadas ou ao dever de confidencialidade, ou visando a manipulação de mercado.

VI. ATUAÇÃO DA GESTORA OU COLABORADORES NA CONTRAPARTE DOS FUNDOS

Nos termos da Resolução CVM nº 21, é vedado à Gestora atuar como contraparte, direta ou indiretamente, em negócios com Fundos, exceto nos casos em que tal previsão conste expressamente no regulamento do Fundo.

Embora não seja prática da Gestora, na realização de operações cruzadas entre os Fundos ou tendo a própria Gestora como contraparte, determinadas regras devem ser adotadas de forma a mitigar potenciais conflitos de interesses:

- (i) Anteriormente à realização da operação será necessário obter o consentimento do investidor por escrito, ou no caso de Fundos, existir previsão expressa no regulamento do Fundo e/ou demais documentos constitutivos, conforme aplicável;
- (ii) A Área de Compliance e Risco, deverá revisar essas operações, em relatório apartado, para se certificar de que não houve benefício ou prejuízo injusto para nenhum dos envolvidos na operação. A Área de Compliance e Risco

deverá manter arquivo apartado documentando as operações em que a Gestora tenha sido contraparte dos Fundos, pelo prazo de 5 (cinco) anos; e

- (iii) Por fim, a Gestora não realiza operações diretas entre Fundos em ambiente de bolsa de valores. Também não é política da Gestora realizar operações diretas entre os Fundos fora do ambiente de bolsa.

VII. INVESTIMENTO DE RECURSOS PRÓPRIOS DA GESTORA

A Gestora não realizará a gestão ativa de seus recursos próprios, sendo que seu caixa será destinado exclusivamente para pagamento de despesas e distribuição de lucros aos sócios, e ficará aplicado exclusivamente em títulos públicos, fundos de investimento DI de terceiros de liquidez imediata e CDB de Banco de primeira linha.

Sem prejuízo disto, na hipótese de, no futuro, a Gestora ter interesse em realizar investimentos em ativos financeiros e valores mobiliários em seu nome ou mesmo estruturar fundos de investimento exclusivos de Colaboradores, deverão ser observadas as mesmas regras e vedações já dispostas na presente Política, bem como na regulamentação aplicável, a fim de evitar a configuração de potenciais conflitos de interesse entre tais investimentos e a atuação da Gestora como administradora de carteiras de valores mobiliários, sem prejuízo da observância de eventuais regras e limites previstos na regulamentação aplicável.

VIII. NEGOCIAÇÕES PERMITIDAS MEDIANTE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO E OBRIGAÇÃO DE INFORMAR

Os Colaboradores somente poderão vender, ceder ou transferir cotas dos Fundos, quando estas estiverem listadas e negociadas em mercado de bolsa e balcão, desde que prévia e expressamente autorizados pelo Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP.

O Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP poderá aceitar ou negar um pedido de autorização, considerando, a seu critério, a presença de potencial conflito de interesses com as atividades desempenhadas pela Gestora.

Adicionalmente à restrição de venda, cessão ou transferência de cotas dos Fundos mencionada acima, deverão ser observados os seguintes períodos de restrição de negociação de cotas dos Fundos:

- (i) *Holding Period*: manutenção das cotas do Fundo por, no mínimo 30 (trinta dias) contados a partir da data de sua aquisição, observadas as disposições abaixo; e

- (ii) *Blackout Period*: vedação à negociação das cotas durante os períodos de restrição conforme previstos abaixo.

8.1. Regras do Período de Restrição (*Blackout Period*)

Por “*Blackout Period*”, entende-se qualquer um dos períodos de restrição para negociação das cotas de Fundos por qualquer Colaborador. Cada Colaborador deve, nesse sentido, abster-se de negociar suas cotas de Fundos durante o respectivo *Blackout Period* (i.e., em todos os períodos legais e/ou descritos nesta Política e/ou nos quais o Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP tenha, extraordinariamente, determinado a proibição de negociação).

Em linha com as melhores práticas do mercado e com a regulamentação aplicável, os Colaboradores devem manter sigilo de qualquer ato ou fato relevante relativo aos Fundos de que tomem conhecimento.

IX. AÇÃO CORRETIVA E SANÇÕES POR VIOLAÇÕES À POLÍTICA

Após a identificação de uma violação a esta Política, a Gestora tomará todas as medidas corretivas que julgar necessárias para corrigir um conflito de interesse, real ou aparente. Após estas ações corretivas, a Gestora poderá impor sanções se, com base em todos os fatos e circunstâncias da infração, uma sanção for considerada adequada.

Poderá ser exigido que o Colaborador reverta sua posição caso o Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP identifique potenciais conflitos de interesses ou aparente inadequação. Não obstante, os Colaboradores serão responsáveis por todas as perdas que incorrerem em razão das negociações canceladas, de modo a isentar a Gestora de qualquer responsabilidade nesse sentido.

X. VIGÊNCIA E ATUALIZAÇÃO

Esta Política será revisada **anualmente**, ou sempre que necessário, e sua alteração acontecerá caso seja constatada necessidade de atualização do seu conteúdo.

Histórico das atualizações		
Data	Versão	Responsável
agosto/2024	V.1.	Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE PESSOAS VINCULADAS À GESTORA

Eu, _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, neste ato reconhecido como Colaborador da **PIEMONTE CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.** (“Gestora”), declaro, para os devidos fins, que as pessoas a seguir relacionadas devem ser consideradas "Pessoas Vinculadas":

Cônjuge/Companheiro:

Nome

Identidade: _____

Órgão emissor:

CPF: _____

Descendentes:

Filho 1:

Nome

Identidade: _____

Órgão emissor:

CPF: _____

Filho 2:

Nome

Identidade: _____

Órgão emissor:

CPF: _____

Filho 3:

Nome

Identidade: _____

Órgão emissor:

CPF: _____

Responsabilizo-me pela veracidade das informações prestadas.

[local], [data].

[COLABORADOR]

ANEXO II
TERMO DE ADESÃO E DECLARAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Através deste instrumento eu, _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, declaro, para os devidos fins, ter observado integralmente, no período de [___.___.____] a [___.___.____], a Política de Investimentos Pessoais (“Política”) da **PIEMONTE CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.** (“Gestora”), do qual tomei conhecimento e com o qual concordei.

Declaro ainda que, nesta data:

- (i) meu nível de endividamento pessoal encontra-se plenamente de acordo com minha remuneração e com meu patrimônio;
- (ii) não realizei quaisquer investimentos ou operações em desacordo com a Política e os extratos que acompanham esta declaração e a listagem abaixo são a expressão fiel e integral dos investimentos que detenho nos mercados financeiro e de capitais que estejam sujeitos a restrições nos termos da Política; e
- (iii) a presente declaração faz parte das políticas adotadas pela Gestora em estrito cumprimento ao disposto na Resolução CVM nº 21.

Ativo	Valor

Declaro, por fim, estar ciente de que a apresentação de falsa declaração me sujeitará não somente às penalidades estabelecidas nos Manuais internos da Gestora, mas também às penalidades da Lei.

[local], [data].

[COLABORADOR]